



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

PROCUREMENT PÚBLICO E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

20 de Novembro de 2023 | Edição nº 4 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

Contratação directa em ano eleitoral custa 318 mil milhões a mais em comparação com anos sem eleições

– Valor médio de um contrato por ajuste-directo, em 2019, foi 8 milhões de meticais superior ao valor de uma adjudicação por concurso público no mesmo ano

Por: Aldemiro Bande

Resumo

A aquisição de bens e serviços por entidades públicas com recurso à modalidades de contratação menos transparentes, como o ajuste-directo e o concurso por cotações, custa muito mais caro ao erário público em anos eleitorais do que em anos sem eleições. Este texto mostra que quando se recorre à contratação directa, em ano de eleições, os gastos com a aquisição de bens e serviços tem um aumento anual de 318 mil milhões de meticais, em relação a anos sem eleições. Além disso, em anos eleitorais, há relativamente menos adjudicações por contratação directa em relação a anos sem eleições, o que indica que o aumento dos gastos com contratação directa esteja relacionado com o elevado preço dos bens e serviços adquiridos pelo Estado. No ano eleitoral de 2019, o custo médio de contratos directos superou em 8 milhões de meticais o de concursos públicos e outros métodos. O texto sugere que o incremento substancial nos custos de contratação directa durante os períodos eleitorais, época em que os riscos de corrupção se elevam, sinaliza a possibilidade de sobrefacturação nos processos de aquisição. Recomenda-se, portanto, que os órgãos de fiscalização intensifiquem o escrutínio sobre os preços dos bens e serviços adquiridos pelo Estado nestas ocasiões.

Palavras-chave: *Contratação directa, eleições, sobrefacturação*

1. Introdução

A aquisição de bens e serviços por entidades públicas com recurso a modalidades de contratação menos transparentes, como o ajuste-directo e o concurso por cotações¹, custa muito mais caro ao erário público em anos eleitorais do que em anos sem eleições. Quando se recorre à contratação directa em ano de eleições, os gastos com a aquisição de bens e serviços tem um aumento anual de 318 mil milhões de meticais, em relação a anos sem eleições. Esse aumento é impulsionado por um grande incremento no valor das aquisições com contratações directas, ao invés de um aumento no número de processos de aquisição.

Entidades públicas têm adjudicado contratos milionários, em processos de contratação bastante duvidosos, com recurso à contratação directa. Algumas adjudicações têm sido para empresas pouco expressivas, ou associadas à elite política, e ocorrem num contexto de eleições, em que o risco de manipulação do *procurement* público para o financiamento da campanha eleitoral ou enriquecimento da elite dirigente é muito alto².

Os principais escândalos de corrupção no país, como é o caso das “dívidas ocultas”³, INSS/Helena Taipo⁴, Cambaza/AdM⁵, estão associados à manipulação da contratação pública e têm relação com períodos eleitorais. Anos eleitorais estão particularmente associados a altos riscos de corrupção nos processos de *procurement*.

Um dos principais indicadores de risco de corrupção na contratação pública é o recurso à contratação directa, por ser a modalidade que oferece menos transparência. Entretanto, o recurso à contratação directa não só propicia à corrupção nos processos de *procurement*, como, por exemplo, na escolha dos concorrentes vencedores, mas também inflaciona o preço dos bens e serviços adquiridos pelo Estado⁶, elevando, assim, a despesa pública.

Neste texto, o CIP procurou estimar em que medida o recurso à contratação directa, em períodos eleitorais, impacta na despesa pública. A análise baseou-se no método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MMQ⁷). Para efeitos de análise, foram usados dados da contratação pública de 2015 a 2019, cobrindo anos não eleitorais (2015-2017) e anos de eleições (2018-2019). Os dados estão disponíveis no sítio da Unidade Funcional Supervisora de Aquisições (UFSA) e abarcam aquisições realizadas a nível central e provincial. Para complementar a análise estatística, foi feita uma análise documental.

2. Despesa com contratação directa aumentou em mais de 318 mil milhões de meticais em um ano eleitoral

Para testar se a modalidade de contratação usada na aquisição de bens, serviços e investimentos, em anos de eleições, tem impacto nos gastos públicos com a contratação pública, usou-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os dados são referentes aos anos 2015 a 2019, cobrindo períodos não eleitorais (2015-2017) e anos eleitorais (2018 e 2019), e estão disponíveis no sítio da Unidade Funcional Supervisora de Aquisições (UFSA⁸).

Com base no método MQO, realizámos uma regressão da despesa de contratação em função da contratação directa (variável binária), eleição (variável binária) e a interacção destas duas variáveis.

A Tabela 1 mostra os resultados da estimativa estatística para a despesas de contratação. Os resultados mostram que, num ano eleitoral, o nível de despesas aumenta, particularmente nas contratações directas. O coeficiente para ‘Eleição x Contratação Directa’ na Tabela 1, é estatisticamente muito significativo, o que denota um aumento substancial nas despesas com contratações directas em anos eleitorais. No total, o incremento das despesas com contratações directas, em anos eleitorais, quando comparado com os anos não eleitorais, é de aproximadamente 318 mil milhões de MZN por cada ano eleitoral. Isso sugere que a contratação directa, em um ano eleitoral, tem uma dinâmica financeira distinta em comparação com períodos não eleitorais. A diferença relativa das despesas com contratações directas, em anos eleitorais, em comparação aos gastos com concursos públicos e outros métodos, é de cerca de 349 mil milhões de MZN por ano eleitoral.

1 O concurso por cotações é, à semelhança do ajuste-directo, das modalidades de contratação excepcional a qual que não se aplica subsidiariamente o concurso público, nos termos do artigo 90 do Decreto 5/2016 de 8 de Março. É, com efeito, uma das modalidades menos transparentes.

2 Fazekas, M. & Hellman, O. (2019) *Elections and Corruption: incentives to steal or incentives to invest?*. Disponível em: <https://www.govtransparency.eu/wp-content/uploads/2019/06/Fazekas-Hellmann-2019-3.pdf>. Consultado a 12 de Julho de 2023

3 CIP (2019) *Partido Frelimo recebeu 10 milhões de dólares das dívidas ocultas*. Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/10/di%CC%81vi-das-ocultas-.pdf>. Consultado 29.10.2023

4 Evidências (2021) *A Dama de Ferro revelou que dinheiro do “roubo” caiu nas contas da Frelimo*. Disponível em: <https://evidencias.co.mz/2021/05/20/a-dama-de-ferro-que-revelou-que-dinheiro-do-roubo-caiu-nas-contas-da-frelimo/>. Consultado a de 10 de Agosto De 2023

5 CanalMoz (2009) *Caso Aeroportos de Moçambique: Diodino Cambaza mantém mutismo sobre mandantes da Frelimo no saque*. Disponível em: <https://comunidade-mocambicana.blogspot.com/2009/11/caso-aeroportos-de-mocambique-diodino.html>. Consultado a: 10.Ago. 2023

6 Fazekas, M. & Kocsis, G. (2015) *Uncovering High-Level Corruption: Cross-National Corruption Proxies Using Government Contracting Data*. Disponível em: [file:///C:/Users/Admin/Downloads/GTI_WP2015_2_Fazekas_Kocsis_151015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/GTI_WP2015_2_Fazekas_Kocsis_151015%20(1).pdf). Consultado a 28.10.2023

7 É uma técnica estatística que busca encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados a fim de estimar as relações entre variáveis.

8 UFSA – *Estatísticas da Contratação Pública*. Disponível em: http://www.ufsa.gov.mz/estat_sistafe-jan-dez-19.php. Consultado a 07.11.2023

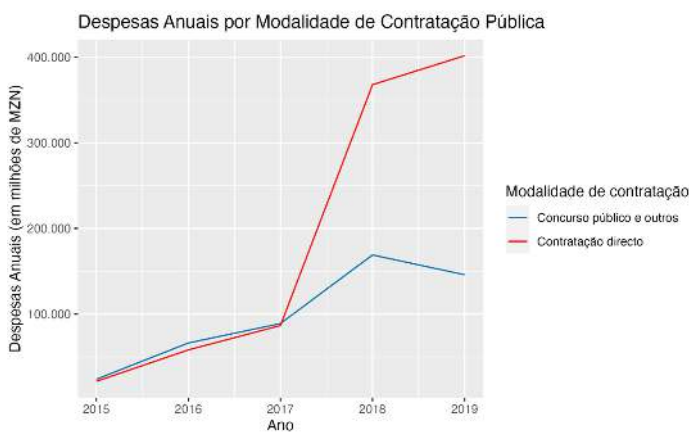
Tabela 1 Regressões para as despesas de contratação

Variável dependente:	Despesa de Contratação em milhões de MZN
<i>Constante</i>	3.195 (5.885)
<i>Contratação Directa</i>	13.412 (15.119)
<i>Eleição</i>	5.553 (9.408)
<i>Eleição x Contratação Directa</i>	74,048*** (22.911)
Observações	110
R ²	0,23
Estatística F	10,6***
Estatística F para teste de hipótese conjunto: <i>Eleição = 0, Eleição x Contratação Directa = 0</i>	7,43***
Diferença nas despesas com contratações directas em anos eleitorais em comparação com os anos não eleitorais:	318.404
Diferença nas despesas com contratações directas versus outros métodos, em anos eleitorais:	349.840

Notas: Códigos de significância: *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,10. Os erros padrão estão entre parênteses. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2015 a 2019.

O Gráfico 1 ilustra que, de forma geral, a despesa com contratação pública tende a aumentar consideravelmente em anos eleitorais. Contudo, quando as entidades públicas recorrem à contratação direta para a aquisição de bens e serviços, em ano eleitoral, o aumento da despesa é substancialmente mais elevado do que quando optam por outras modalidades de contratação, como o concurso público. Em outras palavras, o ajuste directo e o concurso por cotações, duas modalidades consideradas menos transparentes, tendem a ter custos mais elevados para os cofres públicos, em anos eleitorais.

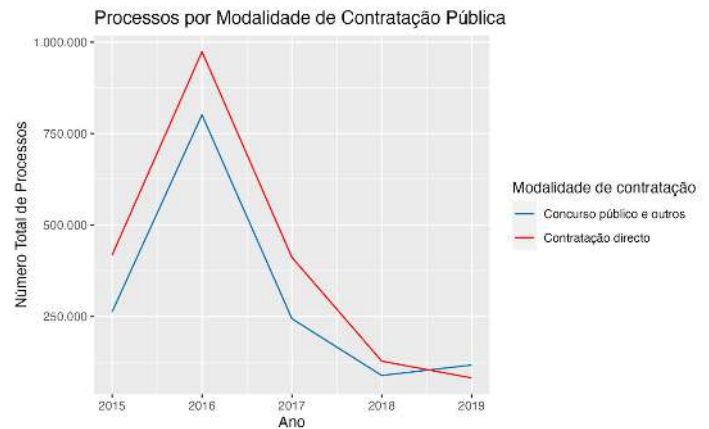
Gráfico 1 Despesa Anuais por Modalidade de Contratação Pública



3. Processos de contratação directa em anos eleitorais

O incremento do total de despesas com contratação direta, em anos eleitorais, não resulta do número de adjudicações feitas por essa via. Pelo contrário, verifica-se um número significativamente menor de processos de contratação direta em anos eleitorais quando comparados com anos não eleitorais (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 Número Total de Processos por Modalidade de Contratação Pública



Para testar se as modalidades de contratação impactam no número de processos de adjudicação em anos eleitorais, utilizou-se novamente o MQO. Realizou-se uma regressão do número de processos baseados na contratação direta (variável binária), eleição (variável binária) e na interação entre essas duas variáveis.

Os resultados, apresentados na Tabela 2, sugerem que, em anos não eleitorais, o número de processos de adjudicação via contratação directa é, em média, superior ao número de processos realizados por concursos públicos e outros métodos, o que é indicado pelo coeficiente positivo da contratação directa. Contudo, em anos eleitorais verifica-se uma diminuição significativa no número de processos de contratação, especialmente no que se refere à contratação directa (conforme ilustrado no Gráfico 2).

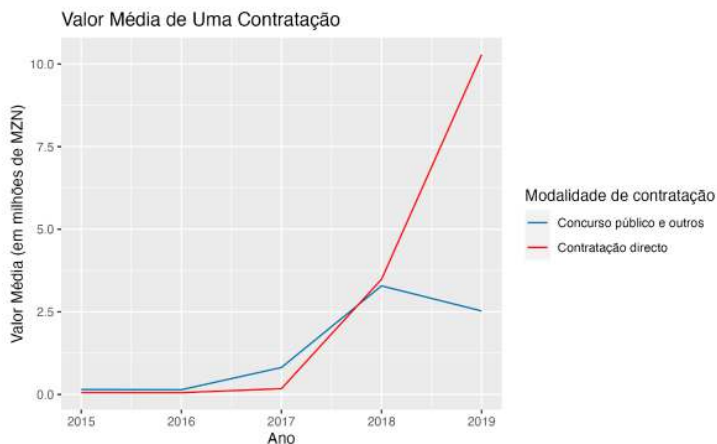
Tabela 2 Regressões para os números de processos

Variável dependente:	Número de Processos
Constante	23.353 (7.579)
Contratação Directa	157.000*** (19.470)
Eleição	-17.636 (12.116)
Eleição x Contratação Directa	-136.510*** (29.504)
Observações	110
R ²	0.42
Estatística F	25.9***
Estatística F para teste de hipótese conjunto: Eleição = 0, Eleição x Contratação Directa = 0	17.48***
Diferença nos processos com contratações directas em comparação com os anos não eleitorais:	-616.584

Notas: Códigos de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$. Os erros padrão estão entre parênteses. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2015 a 2019.

Entretanto, o facto de em períodos eleitorais ocorrerem relativamente menos processos de adjudicação por contratação directa, em comparação com anos não eleitorais, e ainda assim verificar-se um aumento significativo nas despesas públicas anuais, atribuída à contratação directa nesses períodos, indica que os preços dos bens e serviços adquiridos por esta modalidade tendem a ser substancialmente superiores à média.

O gráfico 3 evidencia que, em anos não eleitorais, não há diferença significativa no valor médio dos contratos por via directa, comparados aos obtidos por concurso público. Em 2018, o valor médio dos contratos por concurso público, e outros, excedeu o dos anos anteriores em 2,9 milhões de meticais. Por seu lado, para a contratação directa o acréscimo foi de 3,4 milhões de meticais. Contudo, no ano eleitoral de 2019, observou-se um aumento significativo no valor médio dos contratos por via directa, ultrapassando os contratos por concurso público em cerca de 8 milhões de meticais. Este aumento acentuado sugere que, em 2019, os métodos de contratação menos transparentes, como o ajuste direto, tiveram um incremento de custos substancialmente maior em comparação com os métodos mais transparentes.

Gráfico 3 Valor Médio da Transacção por Modalidade de Contratação Pública

4. Ajustes-directos milionários em anos eleitorais confirmam padrão

Várias contratações realizadas por entidades públicas nos últimos meses confirmam o padrão apresentado acima. Trata-se de ajustes-directos milionários bastante duvidosos, adjudicados à empresas associadas a figuras do partido Frelimo e a empresas sem grande expressão. Nesta secção são apresentados alguns destes casos.

Caso 1.

O negócio milionário da ANE: um contrato de 609 milhões para empresa detida por deputado da Frelimo

Em Fevereiro deste ano, a delegação provincial da Administração Nacional de Estradas (ANE), na província de Sofala, adjudicou, por via do ajuste-directo, uma empreitada de reparação de emergência da estrada N1 Nhamapaza/Caia, orçada em 609 milhões de meticais, a empresa Construções Karina, Serviços e Consultoria, Lda., detida por Mário da Cruz Amaral, deputado da Frelimo pelo círculo eleitoral de Sofala.

O referido deputado detém 25% das acções da empresa e partilha a sociedade com Karina Rosa Matequera Amaral (esposa), com 30% do capital social, Adérito Matequera Júnior (filho) Priscilla Amaral (filha) e Wagner Amaral (filho), cada um com 15% do capital social⁹.

Segundo o CIP apurou, antes da adjudicação, a ANE lançou um concurso público (o concurso nº 47º0003041-CP-23-2022) para a contratação da empreitada para a realização das obras de reparação da referida estrada. Pelo menos 13 empresas, com destaque para as renomadas Soares da Costa Moçambique e a JJR Construções, participaram do concurso. Igualmente, a empresa Concicy Construções Consultoria, Lda., que há 3 anos realizou obras de manutenção no mesmo troço, figurou entre os concorrentes. No entanto, sem revelar publicamente os motivos, a ANE cancelou o concurso público, a 09 de Novembro de 2022, e a empreitada foi adjudicada directamente à Construções Karina, Lda., uma das empresas concorrentes.

A anulação do concurso público, neste caso, mostra claramente que houve uso deliberado da licitação directa para favorecer uma empresa detida pela classe política.

Caso 2.

O negócio milionário do STAE: um contrato de 8.1 mil milhões para empresa associada a empresário da Frelimo

Em Julho de 2023 outro ajuste-directo milionário foi adjudicado pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) a uma empresa com ligações ao partido Frelimo. Avaliado em 8 mil milhões de meticais, o contrato do STAE para aquisição de Móbiles ID e material gráfico para o recenseamento eleitoral foi adjudicado ao consórcio Artes Gráficas Lda-Laxton¹⁰.

Segundo o CIP apurou, uma das empresas do consórcio, a Artes Gráficas, Lda., é detida por alguns dos sócios do Grupo Académica¹¹, na sua maioria empresários ligados ao partido Frelimo. A Académica, Lda. tem sido um fornecedor assíduo do STAE nos processos eleitorais. Em 2018, o STAE adjudicou esta empresa, por via directa, dois contratos avaliados em 550 milhões de meticais para fornecimento de equipamento eleitoral.

O STAE justificou a contratação directa do consórcio pelo facto de esta ter supostamente “apresentado uma solução tecnológica robusta para a realização do recenseamento eleitoral”. No entanto, quando se analisa a estrutura accionista das empresas envolvidas, observa-se, claramente, tratar-se de mais de um caso de favorecimento a empresas associadas à Frelimo. Além disso, a adjudicação milionária feita pelo STAE não se traduziu num processo de recenseamento aceitável, conforme mostraram os inúmeros problemas técnicos verificados durante o registo¹².

Caso 3.

O ajuste-directo da CNE: um negócio de 342.5 milhões para empresa associada a holding da Frelimo

Em Agosto deste ano, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) adjudicou, via ajuste-directo, um contrato para fornecimento de 138 viaturas, orçado em 342.5 milhões de meticais, à empresa MHL, AUTO, SA, detida pela **Mozambique Holdings, Lda**¹³ e controlada por José Parayanken, Deepak Joseph Parayanken, Dolly Merita José e Sheila Mary Phelan¹⁴. A **Mozambique Holdings, Lda** tem ligações empresariais com o partido Frelimo, através da empresa Afrodrill, Lda., da qual é accionista juntamente com a SPI – Gestão & Investimentos S.A.R.L, a *holding* do partido no poder¹⁵.

As viaturas são para uso no transporte, distribuição e alocação de material eleitoral nos postos de votação e para a recolha pós-votação, durante as eleições deste e do próximo ano.

Segundo o Boletim CIP Eleições, a justificação usada pela CNE para recorrer ao ajuste-directo foi o atraso no lançamento do concurso público. De acordo com o calendário eleitoral de 2022, o concurso público para aquisição das referidas viaturas deveria ter sido lançado em Maio deste ano. No entanto, num novo calendário aprovado este ano, não constava o prazo para o lançamento do concurso público.

A CNE não apresentou nenhuma justificação sobre as razões que ditaram o atraso no lançamento do concurso¹⁶.

Estes são apenas alguns dos vários casos de ajustes-directos realizados sem qualquer justificação plausível num contexto eleitoral.

O recurso injustificado ao ajuste-directo para favorecer determinada empresa é uma das formas de corrupção na contratação pública¹⁷. Os três exemplos mostram como a opção pelo ajuste-directo visa, essencialmente, beneficiar empresas detidas por empresários associados à Frelimo, o que prejudica o erário público, devido aos elevados gastos.

5. Conclusão

O recurso à contratação directa para a aquisição de bens e serviços, em ano de eleições, tem impacto significativo no aumento da despesa pública, comparativamente a outras modalidades de contratação.

O aumento da despesa pública por conta da contratação pública, em ano de eleições, não está associado ao número de adjudicações realizadas com base nesta modalidade. A análise estatística mostra que o valor das adjudicações por contratação directa tende a ser substancialmente mais elevado, em anos eleitorais, provocando um aumento adicional na despesa global.

Embora os dados estatísticos não mostrem quem se beneficia dos ajustes-directos, em período eleitoral, os casos analisados permitiram constatar, ainda, que contratos milionários por ajuste-directo são adjudicados, com alguma frequência, a empresas associadas à elite política, ou a empresas sem muita expressão no sector em que actuam.

Os elevados riscos de corrupção, em anos eleitorais, sugerem que o aumento adicional na despesa pública, por conta do recurso à contratação directa, pode estar associado à sobre facturação do valor dos contratos, que é uma das principais formas pela qual se desviam fundos públicos nos processos de *procurement* no país. Com efeito, recomenda-se:

10 Programa Igual (2023) *O mercado dos materiais de registo eleitoral: um branqueamento de capitais?*

11 Os sócios da empresa Artes Gráficas, Lda. que são igualmente sócios da académica: Fezal Ismael Sidat, Yasmin Mussá Bhikhá, Abdulhassan Ismail Sidat e Ebrahim Ahamede Sidat. Cfr. BR nº 33, III Série de 15 de Agosto de 2001 - pág. 1078 e BR nº 33, III Série de 15 de Agosto de 2001 - pág. 1079

12 Boletim sobre o Processo Político em Moçambique (2023) *Postos de recenseamento com problemas na 4ª semana de observação, 11-18 de Maio de 2023, por Mais Integridade*. Disponível em: <https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2023/Boletim-das-eleicoes-84.pdf>. Consultado a 12 De Agosto de 2023

13 Mozambique Holdings. Disponível em: <http://www.mhl.co.mz/>. Consultado a 06. Ago. 2021

14 BR nº 91, III Série de 14 de Maio de 2020 - pág. 2689

15 BR nº 91, III Série de 14 de Maio de 2020 - pág. 2672

16 Boletim sobre Processo Político em Moçambique (2023) Como as eleições são negócio lucrativo para membros da Frelimo. Disponível em: [https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2023/08/Boletim-das-eleicoes126.pdf#:~:text=Atrav%C3%AAs%20da%20MHL%20Auto%2C%20SA%2C%20o%20ministro%20na%20in%C3%ADcio%20do%20m%C3%AAs%20de%20Agosto%2C%20em%20curso](https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2023/08/Boletim-das-eleicoes126.pdf#:~:text=Atrav%C3%AAs%20da%20MHL%20Auto%2C%20SA%2C%20o%20ministro%20na%20in%C3%ADcio%20do%20m%C3%AAs%20de%20Agosto%2C%20em%20curso.). (Consultado a 27.Set. 2023)

Ao Tribunal Administrativo

- Realizar Auditorias Regulares, e mais rigorosas, aos processos de contratação em ano de eleições, especialmente com recurso à contratação directa, com enfoque nos preços dos bens e serviços adquiridos via ajuste-directo;

Ao GCCC;

- Investigar possíveis casos de corrupção nos processos de *procurement* em contexto de eleições;

Ao Ministério da Economia e Finanças

- Melhorar a transparência e a fiscalização dos gastos públicos, especialmente nos métodos de contratação directa. Isso pode envolver processos de auditoria mais rigorosos ou a implementação de novos órgãos de fiscalização;
- Rever as políticas de aquisição existentes para identificar e abordar a possibilidade de custos inflacionados em contratações directas durante os anos eleitorais. As

reformas podem concentrar-se em limitar o uso de contratos directos durante tais períodos sensíveis;

➤

À Unidade Funcional Supervisora de Aquisições:

- Encorajar o uso de processos de licitação competitiva, como concursos públicos, que se mostram mais eficazes em termos de custo. Em anos eleitorais, uma vigilância extra pode ser justificada para garantir que se recorra a modalidades de contratação mais competitivas;
- Investir no fortalecimento da capacidade institucional das entidades envolvidas em aquisições para realizar análises de custo-benefício adequadas antes de se engajarem em contratações directas;

➤

6. Referências

Boletim sobre Processo Político em Moçambique (2023) como as eleições são negócio lucrativo para membros da Frelimo. Disponível em: <https://www.cipeleicoes.org/wp-content/uploads/2023/08/Boletim-das-eleicoes126.pdf#:~:text=Atrav%C3%A9s%20da%20MHL%20Auto%2C%20SA%2C%20o%20ministro%20na,no%20in%C3%ADcio%20do%20m%C3%AAs%20de%20Agosto%2C%20em%20curso.> (Consultado a 27.Set. 2023)

CanalMoz (2009) *Caso Aeroportos de Moçambique: Diodino Cambaza mantém mutismo sobre mandantes da Frelimo no saque.* Disponível em: <https://comunidademocambicana.blogspot.com/2009/11/caso-aeroportos-de-mocambique-diodino.html>. Consultado a 10.Ago. 2023

Evidências (2021) *A Dama de Ferro revelou que dinheiro do “roubo” caiu nas contas da Frelimo.* Disponível em: <https://evidencias.co.mz/2021/05/20/a-dama-de-ferro-que-revelou-que-dinheiro-do-roubo-caiu-nas-contas-da-frelimo/>. Consultado a 10.Ago.2023

Fazekas, M. & Hellman, O. (2019) *Elections and Corruption: incentives to steal or incentives to invest?*. Disponível em: <https://www.govtransparency.eu/wp-content/uploads/2019/06/Fazekas-Hellmann-2019-3.pdf>. Consultado a 12 de Julho.2023

CIP (2019) *Partido Frelimo recebeu 10 milhões de dólares das dívidas ocultas.* Disponível em: <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2019/10/di%CC%81vidas-ocultas-.pdf>. Consultado a 29.10.2023

Fazekas, M. & Kocsis, G. (2015) *Uncovering High-Level Corruption: Cross-National Corruption Proxies Using Government Contracting Data.* Disponível em: [file:///C:/Users/Admin/Downloads/GTI_WP2015_2_Fazekas_Kocsis_151015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/GTI_WP2015_2_Fazekas_Kocsis_151015%20(1).pdf). Consultado a 28.10.2023

Programa Igual (2023) *O mercado dos materiais de registo eleitoral: um branqueamento de capitais.*

BR nº 188, III Série de 29 de Setembro de 2022 - pág. 6366

BR nº 33, III Série de 15 de Agosto de 2001 - pág. 1078

BR nº 33, III Série de 15 de Agosto de 2001 - pág. 1079

Mozambique Holdings. Disponível em> <http://www.mhl.co.mz/>. Consultado a 06. Ago. 2021

BR nº 91, III Série de 14 de Maio de 2020 - pág. 2689

BR nº 91, III Série de 14 de Maio de 2020 - pág. 2672



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Aldemiro Bande

Revisão de pares: Borges Nhamirre, Edson Cortez e Gift Essinalo

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f @CIP.Mozambique](#) [t @CIPMoz](#)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique